

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO ECONOMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BEATRIZ MARIA BALDISSERA

**ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**FLORIANÓPOLIS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO ECONOMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Irineu Afonso Frey, Dr.

**FLORIANÓPOLIS
2010**

BEATRIZ MARIA BALDISSERA

**ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 30 de junho de 2010

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Irineu Afonso Frey Dr.
Orientador(a)

Professor Luis Felipe Ferreira, M.Sc.
Membro

Professor Joaquim José de Santanna, M.Sc.
Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter iluminado meu caminho em todos os momentos da minha vida.

A minha mãe, Aurea, por estar sempre ao meu lado, dedicando-se ao máximo. Seu exemplo de amor, de ser mãe, amiga faz com que eu me espelhe nela a cada dia.

Aos meu pai, Carlos, por me ensinar o verdadeiro valor do conhecimento, sempre me incentivando e apoiando em todos os momentos.

Ao meu irmão e colega de trabalho, Fernando, com quem aprendi a dar ainda mais valor a profissão de Contador, trabalhando sempre com o coração.

Ao meu irmão mais velho, Ricardo, por quem tenho muita admiração e carinho, que é para mim um grande exemplo de homem.

A minha cunhada, Luciane, que acompanhou meu desenvolvimento pessoal e profissional, sempre dedicando muito carinho a mim.

Aos meus sobrinhos, Gabriel e Rafael, que proporcionaram momentos de alegria e descontração, por quem tenho um amor imenso.

Ao meu namorado, Guilherme, que durante todo esse tempo me apoiou e não me deixou desistir mesmo nos momentos mais difíceis, suportando momentos de stress e ausência.

Ao meu orientador, Dr. Irineu Afonso Frey, pela sua contribuição na elaboração deste trabalho.

As minhas nove eternas “melhores amigas”, por todo esse tempo de convivência e alegrias.

A todos os amigos e colegas que conquistei na UFSC e que de uma forma ou de outra participaram desta conquista.

RESUMO

BALDISSERA, Beatriz Maria. **Estudo da utilização das informações contábeis nas micro empresas e empresas de pequeno porte.** 59F. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

As micro e pequenas empresas possuem relevância no desenvolvimento econômico e social do Brasil, visto que são uma alternativa na geração de empregos para a população economicamente ativa e impulsionam o país pelo crescimento da cadeia produtiva. Porém, estas empresas enfrentam grandes dificuldades em seu desenvolvimento, principalmente em relação a sua gestão. Sendo assim, a presente pesquisa busca estudar como se dá o relacionamento entre o escritório de contabilidade e os empresários de microempresas e empresas de pequeno porte, com o objetivo geral de “desenvolver um diagnóstico da relação entre empresários de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional e o escritório de contabilidade”. Para alcançar tal objetivo foi desenvolvida uma trajetória metodológica que pode ser dividida em três fases. A primeira trata da fundamentação teórica, que contempla: contabilidade, micro empresas e empresas de pequeno porte e escritórios de contabilidade. A segunda, o levantamento de dados por meio da aplicação de um questionário e a terceira a análise e coleta dos dados. Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, abordando o tema de forma qualitativa e quantitativa. Após terem sido coletados os dados, eles foram organizados em tabelas e gráficos para facilitar a compreensão e consequentes análise e interpretação. Por meio do presente estudo constatou-se que grande parte dos empresários das micro e pequenas empresas têm a consciência da relevância dos controles de gestão, porém muitos deles não os mantêm ou o fazem de forma ineficaz.

Palavras-chave: Microempresas e empresas de pequeno porte, informações contábeis, escritórios de contabilidade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais usuários da informação contábil e seus de interesses.....	22
Quadro 2 – Modelo básico de Balanço Patrimonial.....	26
Quadro 3 – Parâmetros para definição MPMES – Micro, pequenas e médias empresas – quando indústrias.....	31
Quadro 4 – Parâmetros para definição MPMES quando comércio ou serviço.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados	36
Gráfico 2 – Grau de escolaridade dos entrevistados.....	37
Gráfico 3 – Ocupação anterior ao negócio	37
Gráfico 4 – Ramos de negócios que a empresa atua	39
Gráfico 5 – Tempo de atuação no mercado	39
Gráfico 6 – Número de funcionários	40
Gráfico 7 – Classificação dos sistemas de gestão	44
Gráfico 8 - Tempo de resposta do escritório de contabilidade	45
Gráfico 9 – Utilização das informações contábeis geradas pela contabilidade.....	46
Gráfico 10 – Principal função da contabilidade	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos com vínculos empregatícios por porte e sua representação percentual no ano.....	14
Tabela 2 - Escritórios individuais e sociedades ativos nos conselhos regionais de contabilidade – Abril 2010.....	34
Tabela 3 - Principais motivos para a abertura do negócio.....	38
Tabela 4 - Informações levantadas ou de conhecimento prévio a abertura do negócio.....	41
Tabela 5 - Informações levantadas ou de conhecimento prévio a abertura do negócio.....	41
Tabela 6 - Informações levantadas ou de conhecimento prévio a abertura do negócio.....	42
Tabela 7 - Profissionais ou entidades com quem buscam assessoria.....	43
Tabela 8 - Principais fatores para o sucesso das MPEs.....	43
Tabela 9 - Informações utilizadas para definir o preço de venda dos produtos.....	44
Tabela 10 - Informações solicitadas ao escritório de contabilidade.....	46

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Balço Patrimonial
Cgsn	Comitê Gestor do Simples Nacional
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DOU	Diário Oficial da União
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
Mpe`s	Micro e Pequenas Empresas
MPMES	Micro, pequenas e médias empresas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Tema e problema	13
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Justificativa.....	15
1.4 Procedimentos Metodológicos	16
1.5 Limitações da Pesquisa.....	18
1.6 Estrutura do trabalho	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Contabilidade.....	20
2.1.1 Evolução	20
2.1.2 Informação contábil na gestão das MPE's	21
2.1.3 Escrituração contábil simplificada.....	23
2.1.4 Demonstrações contábeis	25
2.2 Microempresas e empresas de pequeno porte	28
2.2.1 Marco legal	28
2.2.2 Conceitos de micro e pequena empresa.....	30
2.3 Escritórios de contabilidade.....	31
3. APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS DADOS.....	36
3.1 Identificação dos entrevistados.....	36
3.2 Caracterização das empresas	38
3.3 Etapas anteriores a abertura do negócio	40
3.4 Dificuldades encontradas na condução do negocio.....	42
3.5 Administração e controles financeiros das empresas	43

3.6 Relação com o escritório de contabilidade	45
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A - Questionário a ser respondido por sócio, proprietário ou administrador da empresa.	55

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista as constantes mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais o Brasil vem passando, a renovação empresarial é essencial na busca pelo espaço no mercado, que está cada vez mais acirrado, principalmente no tocante às micro e pequenas empresas. Neste sentido, as informações contábeis podem contribuir no apoio à tomada de decisões mais seguras e confiáveis.

A renovação está ligada a processos de mudanças, buscando sempre evoluir, seja na apresentação de um produto ou na qualidade de um serviço prestado. Os relatórios enviados pelos escritórios de contabilidade podem suprir a necessidade das empresas de constatarem sua evolução ou até mesmo sua queda, a tempo de reverter a situação, já que eles trazem dados reais da empresa, possibilitando inclusive, projeções.

Porém, há de se questionar se as informações estão sendo encaminhadas às empresas em forma de relatórios que se apresentam de maneira clara e objetiva, usando uma linguagem acessível e em tempo hábil para dar base às decisões dos gestores. E ainda, se estes, ao receberem tais relatórios, os usam como ferramenta no auxílio à gestão e controle.

A forte competição no mercado torna as micro e pequenas empresas ainda mais vulneráveis. Dados de uma pesquisa feita pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - em Santa Catarina no ano de 2005 demonstram que o índice de mortalidade destas empresas com cinco anos de vida é de 64,06%, com quatro anos é de 59,57% e com três anos é de 50,54%. Os dados da região da Grande Florianópolis são ainda mais alarmantes, variando entre 70,42% para empresas com três anos e 71,62% para empresas com cinco anos.

Buscando garantir a estabilidade, as empresas devem sempre estar atentas às novas tendências e mudanças que acontecem a todo o momento. É freqüente, após a consolidação da empresa no mercado, o empreendedor acabar por se acomodar, e não mais investir no seu negócio, provocando assim, grande chance de mortalidade. Este fato pode ser percebido na pesquisa do SEBRAE (2005) já citada, a qual demonstrou que na avaliação dos entrevistados de empresas ainda atuantes, um dos principais fatores para o sucesso destas é a capacidade do empresário para assumir riscos.

Quando o gestor simplesmente mantém a empresa sem renová-la, focando apenas no trabalho interno, seja em seu produto ou serviço, e esquecendo-se do mercado a sua volta, as chances de a empresa decrescer se multiplicam. Sendo assim, ele deve estar disposto a

reestruturar sua gestão, e fazer uso de meios mais profissionais e não apenas de seu *feeling*, para então, tomar atitudes cabíveis a tempo de salvar sua organização.

Assim sendo, decisões como investir, reduzir custos, modificar linha de produtos, devem se basear em informações econômicas, cenários e dados técnicos extraídos dos registros contábeis, sob pena de naufrágio corporativo, com riscos ao patrimônio dos sócios-investidores (SCHNORR, 2008).

Neste sentido, este trabalho busca pesquisar a relação entre os empresários das MPes e as informações enviadas e eles por um escritório de contabilidade, através da aplicação de um questionário enviado às microempresas e empresas de pequeno porte, para que dessa forma sejam analisados os resultados, constatando-se o tipo de informação contábil fornecida pelos escritórios de contabilidade e a utilização que é feita por aquelas.

Na sequência deste estudo estão expostos o tema e o problema abordados pela pesquisa. Em seguida, serão tratados os objetivos gerais e específicos. Posteriormente, a justificativa do estudo e a metodologia utilizada para o mesmo. Por fim, as limitações desta pesquisa e a apresentação da forma de organização do trabalho.

1.1 Tema e problema

Ressalta-se a relevância que as MPes possuem no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Em tempos de automatização e reestruturações generalizadas, que levam à progressiva redução do número de postos de trabalho oferecidos pelas grandes empresas, os empreendimentos de menor porte assumem uma importância cada vez maior como alternativa na geração de empregos para a população economicamente ativa (ROCHA, 2008).

Estas empresas também impulsionam o país pelo crescimento da cadeia produtiva, aumento da arrecadação de tributos, geração de renda e desenvolvimento social, entre outros. Porém, estas empresas enfrentam grandes dificuldades em seu desenvolvimento, principalmente pela gestão ineficaz.

As informações obtidas na RAIS – Relação Anual de Integração Social – aduzem a representatividade das microempresas e empresas de pequeno porte no País, que somam mais de 98% dos estabelecimentos com vínculos empregatícios tanto no ano de 2006 quanto em 2007. Tais dados podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1: Número de estabelecimentos com vínculos empregatícios por porte e sua representação percentual no ano

Ano	Micro (até 19 empregados)		Pequena (de 20 a 99 empregados)		Média (de 100 a 499 empregados)		Grande (500 empregados ou mais)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Brasil	2.618.100,00	2.705.172,00	174.964,00	187.185,00	33.065,00	35.059,00	7.438,00	8.032,00
Norte	91.461,00	96.336,00	7.564,00	8.164,00	1.810,00	1.921,00	487,00	532,00
Nordeste	365.097,00	380.821,00	25.810,00	27.558,00	5.439,00	5.687,00	1.687,00	1.813,00
Sudeste	1.339.682,00	1.377.178,00	96.289,00	102.740,00	17.592,00	18.597,00	3.510,00	3.821,00
Sul	586.662,00	605.495,00	32.648,00	34.925,00	5.994,00	6.412,00	1.167,00	1.226,00
Centro-Oeste	235.198,00	245.342,00	12.653,00	13.798,00	2.230,00	2.442,00	587,00	640,00
% por porte	92,40	92,16	6,17	6,38	1,17	1,19	0,26	0,27

Fonte: Adaptado de Relação Anual de Integração Social RAIS

Neste cenário, o contador pode contribuir de maneira decisiva, pois este tem conhecimento e pode encontrar a explicação de cada valor e visualizar o reflexo destes nas demonstrações contábeis da empresa, gerando assim informações relevantes para a tomada de decisão e proporcionando maiores possibilidades de o empresário manter uma gestão eficaz. Assim sendo, este trabalho tem como tema: *o fornecimento, pelos escritórios de contabilidade, de informações úteis no gerenciamento das microempresas e empresas de pequeno porte.*

A utilização da contabilidade para gerir os negócios da empresa auxilia na análise do desempenho desta bem como no monitoramento dos resultados obtidos, proporcionando desta forma segurança na administração e a possibilidade de projeções futuras, reduzindo as margens de erro na tomada de decisão.

Para Resink (1990) as ferramentas e informações administrativas proporcionadas por um sistema eficaz de contabilidade são vitais para o conhecimento, direção e controle da empresa. Um sistema de contabilidade bem organizado, que funcione e que informe o que precisa na hora da necessidade é vital para todos os aspectos da empresa.

No mesmo sentido, Schnorr (2008, p.12) destaca:

A transformação dos dados em informações e os relatórios da contabilidade se apresentam indissociáveis da moderna gestão empresarial. Nessa mesma linha conclusiva, vale destacar que, qualquer tipo de empresa, independente do porte ou da tipicidade jurídica, necessita de escrituração contábil, ainda que de forma simplificada, para controlar o seu patrimônio e gerenciar adequadamente os negócios, sob pena de naufrágio a qualquer momento e lugar; sua ausência indica a falta de vetores e de coordenação instrutiva.

Baseando-se nas considerações expostas, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: *Como se dá o relacionamento entre o escritório de contabilidade e os empresários de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional?*

1.2 Objetivos

Para que possamos atingir a resposta da problemática estabelecida neste trabalho, temos um objetivo geral e quatro objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Desenvolver um diagnóstico da relação entre empresários de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional e o escritório de contabilidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

Buscando alcançar tal objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- ❖ Verificar que tipo de informação é gerada pelo escritório de contabilidade e utilizada por seus clientes;
- ❖ Verificar se tais informações auxiliam na tomada de decisões, e
- ❖ Verificar a tempestividade das informações solicitadas pelos empresários.

1.3 Justificativa

A motivação principal para a realização desta pesquisa está no interesse da autora sobre as informações que os escritórios de contabilidade geram e enviam para as micro e pequenas empresas e na forma com que estas recebem e utilizam, ou não, essas informações em seu processo de gerenciamento e conseqüente tomada de decisões.

Sendo assim, busca-se identificar quais são as informações contábeis encaminhadas aos clientes de um escritório de contabilidade e, qual a utilidade destas no dia-a-dia das MPEs pesquisadas.

Com tais resultados tem-se o intuito de, se necessário, melhorar o atendimento aos clientes do escritório, já que estes, como um dos grupos de usuários das informações contábeis, devem ter acesso àquelas que julgam necessárias e estas devem ser apresentadas de maneira clara para que possam ser facilmente compreendidas, e organizada para que sejam utilizadas.

Objetivando atender às diversas necessidades no processo de gerenciamento das empresas, as informações contábeis que chegam aos usuários devem ser elaboradas não apenas na forma exigida pela lei, mas superando tais barreiras de forma a atingir a clareza necessária para que os gestores a compreendam e de outro lado com os ajustes necessários para atender às leis.

Levando-se em conta que as pequenas e médias empresas possuem o papel de principais geradoras de novos empregos acredita-se que o aprofundamento desse conhecimento traga ajuda mais adequada às necessidades dessas empresas e favoreça, eventualmente, a diminuição da alta taxa de mortalidade que elas são vítimas (Leone, 1999).

Acredita-se ainda que esta pesquisa possa contribuir para a conscientização das micro e pequenas empresas do fato de a contabilidade ter grande potencial no apoio à gestão e não ser apenas uma informante do FISCO.

1.4 Procedimentos Metodológicos

A determinação da metodologia a ser empregada cumpre papel fundamental para que os objetivos da pesquisa sejam atingidos. Este tópico busca apresentar quais procedimentos metodológicos foram utilizados na presente pesquisa.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva, já que se busca analisar e interpretar os fatos pesquisados, sem que haja qualquer interferência neles. Os fenômenos são estudados, mas não manipulados pela pesquisadora. Nesta pesquisa, cabe à pesquisadora descrever sobre os aspectos e comportamento dos clientes de um escritório de contabilidade estudado.

Segundo Beuren (2008, p.81), a pesquisa descritiva “configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda”. No mesmo sentido, Andrade (2002, *apud* BEUREN, 2008) destaca que este tipo de pesquisa preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles.

Sendo assim, a pesquisa foi realizada com a aplicação de um questionário, que para Gil (1994) trata-se de uma técnica de investigação composta por um número razoável de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

Para Lakatos (2001, p.201 apud LOPES, 2006, p.241) “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário é composto por questões fechadas e abertas. Estas são as que permitem respostas livres, ou seja, responder usando a linguagem própria do informante e emitindo sua opinião se necessário. Já as fechadas apresentam um conjunto de alternativas de respostas e entre elas deve ser escolhida a(s) que melhor evidencie(m) a situação ou ponto de vista do respondente (BEUREN, 2008).

Tal instrumento foi aplicado em microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional. Após a realização deste procedimento, foi desenvolvida uma análise detalhada das respostas dos gestores das micro e pequenas empresas, com o objetivo de demonstrar a importância do conhecimento das informações contábeis no processo de gestão das MPes.

De acordo com Markoni e Lakatos (2002, *apud* Beuren, 2008), amostra é um subconjunto da população, uma parcela, convenientemente selecionada do universo a ser pesquisado. No presente estudo foi utilizado um tipo de amostragem não probabilística, denominada amostragem por acessibilidade ou conveniência visto que foram escolhidos aqueles clientes com quem a pesquisadora possui algum contato, com o objetivo de conseguir obter os questionários respondidos.

O presente estudo assume uma abordagem quali-quantitativa, ou seja, analisa tanto aspectos qualitativos quanto os quantitativos, proporcionando desta forma uma visão ampla do tema abordado. A característica de pesquisa qualitativa fica identificada pelo fato de o estudo identificar conceitos e dados que não podem ser tratados de maneira quantitativa. Enquanto esta fica caracterizada no tratamento estatístico ao qual os dados coletados são submetidos

Para Richardson (1999) a abordagem qualitativa difere-se da quantitativa principalmente por não empregar um instrumento estatístico com base no processo de análise do problema. Os dados coletados para aplicação do questionário serão interpretados na busca de definir como as informações enviadas pelo escritório de contabilidade a seus clientes são utilizadas.

Como pesquisa quantitativa fica caracterizada pelo emprego de instrumentos estatísticos no tratamento dos dados após sua coleta. Tal método tem a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas (BEUREN, 2008)

1.5 Limitações da Pesquisa

O presente trabalho limita-se ao estudo do tipo de informação encaminhada e da utilização destas por clientes de um escritório de contabilidade da região de Florianópolis. Foram encaminhados trinta questionários, destes dez retornaram respondidos. Sendo assim, esta não pode ser caracterizada como uma amostra representativa do universo, portanto não é possível apresentar generalizações neste trabalho.

Conforme já citado, a coleta de dados foi realizada por meio do envio de um questionário aos gestores das empresas, sendo assim, não houve a possibilidade de uma verificação *in loco* quanto aos procedimentos de gestão adotados pelas empresas estudadas, os resultados da pesquisa limitam-se às respostas obtidas na aplicação dos questionários.

É pertinente destacar o fato de as MPEs apresentarem extrema heterogeneidade, o que não permite generalizar os resultados obtidos neste estudo, nem tão pouco adotar as conclusões a respeito destas como definitivas. Portanto, o presente trabalho limita-se à apresentação da realidade de uma pequena amostra de MPEs localizadas na grande Florianópolis.

1.6 Estrutura do trabalho

A fim de facilitar o entendimento, este trabalho é dividido em quatro capítulos que em conjunto, fornecem conteúdo para a total compreensão da pesquisa.

No primeiro capítulo é apresentada a introdução do assunto, seguida da exposição do tema e do problema. Então delimita-se os objetivos, tanto geral quanto os específicos. Posteriormente é feita a exposição da justificativa do presente trabalho. Os procedimentos metodológicos, as limitações da pesquisa e a estrutura do trabalho também fazem parte deste capítulo.

O segundo capítulo trata da fundamentação teórica que dá suporte ao desenvolvimento da pesquisa. Nele são abordados assuntos acerca da contabilidade, das microempresas e empresas de pequeno porte bem como sobre escritórios de contabilidade.

No terceiro capítulo são apresentados e descritos os dados que foram coletados por meio da aplicação de um questionário em clientes de um escritório de contabilidade da Grande Florianópolis.

O quarto e último capítulo traz as conclusões da presente pesquisa bem como recomendações para trabalhos futuros. Ainda são apresentadas as referências dos materiais utilizados para o desenvolvimento deste trabalho, o apêndice.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo trazer uma revisão teórica sobre os principais tópicos que serão abordados no desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim será feita uma revisão bibliográfica abordando idéias sobre os seguintes itens: Contabilidade, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e escritórios de contabilidade.

2.1 Contabilidade

Nesta seção serão apresentados a evolução da contabilidade, seguida da relevância da informação contábil na gestão das microempresas e empresas de pequeno porte, posteriormente é apresentada a questão da escrituração contábil simplificada, e conclui-se com uma breve abordagem a respeito das demonstrações contábeis mais utilizadas pelas MPEs.

2.1.1 Evolução

A Contabilidade existe desde os povos mais primitivos, isto se percebe, por exemplo, pela chamada “conta primitiva” denominação trazida por Sá (2006) para o conjunto de desenho (identificação da utilidade) e riscos (identificação da quantificação) encontrados nas paredes de grutas. Assim, pelo uso da arte e dos meios que dispunham, o homem iniciava seu controle patrimonial, ou seja, nasciam assim os primeiros registros contábeis.

A História da Contabilidade tem evoluído de acordo com as necessidades do homem e de seus negócios, como produção, industrialização, compra e venda. Ela acompanha cada período da história da humanidade. O Sistema das Partidas Dobradas, utilizado até os tempos atuais, foi descoberto e expandido por Pacioli no final do século XIX.

Para Motta (2000, apud QUEIROZ, 2005) desde os anos 40 até a década de 80 não ocorreram inovações relevantes no conhecimento contábil. Nem por parte dos pesquisadores nem pelos profissionais da área. Motivo este que levou os contadores a serem conhecidos por

muitos anos apenas como guarda livros, com função exclusiva de escrituração, nada auxiliavam na administração das empresas.

Queiroz (2005 p. 39) traduz a função atual do contador da seguinte forma:

Com a evolução dos mercados e o surgimento das empresas de capital aberto, das ações negociadas na bolsa de valores em todo mundo, a contabilidade passou a ser vista por outro ângulo. Atualmente as funções do contabilista não se reduzem ao âmbito meramente fiscal, pois num mercado de economia complicada, tornou-se uma necessidade primordial das empresas informações precisas e confiáveis que possibilitem condições de tomada de decisão com riscos menores e permitam a atração de novos parceiros.

Assumindo este novo papel no mercado, o profissional contábil passou a ser mais valorizado, sendo considerado por muitos gestores peça fundamental no processo decisório, visto sua vasta bagagem informacional e sua capacidade de transformar os dados contidos nos demonstrativos contábeis em informações de grande valia para a administração da empresa.

Porém no Brasil, equivocadamente, com exceções, as atribuições do contador sempre estiveram associadas em demasia ao pagamento de impostos (Schnorr, 2008), ou seja, os empresários das MPEs vêem esta figura como uma ligação entre eles e o FISCO. Tal relação pode dever-se ao fato de que as inovações das técnicas contábeis progrediram de maneira bastante veloz, e muitos destes administradores não conseguiram acompanhar tal evolução.

Nesse sentido deve ser ressaltado que a atual função da contabilidade não se restringe apenas ao registro do patrimônio e de suas transações. Vai muito além disso, devendo gerar informação temporal e relevante para todos os usuários.

2.1.2 Informação contábil na gestão das MPE's

Segundo Ferrari (2008) a contabilidade é a ciência que tem por objeto o patrimônio das entidades e por objetivo o controle deste patrimônio, com a finalidade de fornecer informações a seus usuários. Ainda de acordo com Ferrari (2008, p.1): “Contabilidade é a ciência que estuda e pratica funções de orientação, controle e registro relativas à administração econômica”.

Uma das principais funções da contabilidade é o auxílio dos gestores das empresas, tanto na tomada de decisões quanto na formulação de estratégias, ela deve dar suporte para que estas decisões sejam bem fundamentadas. “Ela busca fornecer informações sobre o patrimônio das empresas e, desta maneira, dar suporte aos gestores” (MÜLLER, 2004, p.40).

No mesmo sentido, Schnorr (2008, p.29) traz que “a contabilidade oferece aos gestores, ferramenta indispensável, com informação confiável para tomadas de decisões, permitindo ações corretivas, projeções, simulações, bem como análises e conclusões para a correta consecução dos planos de crescimento”.

Deve-se destacar que há uma vasta gama de usuários da contabilidade, e estes possuem necessidades distintas, porém, é responsabilidade do contador ou da empresa de serviços contábeis fazer o maior esforço possível para que todas estas sejam atendidas. O quadro 1 apresenta alguns dos usuários da informação contábil e seus respectivos interesses.

Usuário da informação contábil	Meta que deseja maximizar ou tipo de informação mais importante
Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos.
Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro da ação.
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos
Emprestadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
Empregados em geral	Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos de salários, com segurança; liquidez.
Média e alta administração	Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Quadro 1 – Principais usuários da informação contábil e seus de interesses.

Fonte: Iudícibus, 2004, p.23

De acordo com a Resolução CFC nº 774 de 16 de dezembro de 1994:

Os usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.

Sendo assim, os escritórios precisam se adequar às novas tendências e enviar a seus clientes não apenas dados, mas sim informações que lhes sejam úteis, isto é, que possam dar suporte para que sejam feitas avaliações da situação financeira, patrimonial, econômica e ainda possa ser realizado um planejamento bem fundado. Estas podem estar contidas nas demonstrações contábeis, tais como demonstração do fluxo de caixa, balanço patrimonial,

entre outras. Porém, se necessário, devem ser feitos relatórios específicos para atender determinada necessidade.

Furlani (2006, p.32) comenta que “A contabilidade como sistema de informações gerenciais deve organizar-se de modo a manter um processo contínuo de comunicação com seus usuários, que em última análise, são seus clientes. Assim, poderá ser considerado um instrumento gerencial eficaz”.

As informações contábeis ou operacionais são peças chaves num processo de tomada de decisão. Informações mal formuladas ou mal fundamentadas podem levar a ações equivocadas, tendendo assim a gerar resultados indesejados pelas MPE's.

Neste sentido, Moraes (2006) destaca que para conquistarem razoável garantia de sucesso nos negócios, as empresas precisam promover seu desenvolvimento organizacional. É nessa etapa que surge a necessidade do envolvimento de um profissional especializado na área contábil, o contador, que poderá auxiliar os gestores na busca da compreensão da dinâmica dos processos que envolvem as atividades da empresa.

Há de se destacar que grande parte das informações geradas internamente nas MPE's possuem características de uma administração centralizadora. Para Bilessimo (2002 p. 28, apud QUEIROZ, 2005, p. 50) “A satisfação dos familiares, empregados e proprietário são melhor atendidas quando não existe uma estrutura funcional sofisticada”. Pois nestes casos o dia-a-dia da microempresa torna-se prático. Porém, quando esta começa a aumentar seu porte, as dificuldades passam a aparecer, visto que a empresa não possui uma estrutura organizacional sólida nem bem formulada.

De acordo com Sá (2006), a informação contábil nasceu para guardar memória dos fatos passados, mas hoje, mais do que nunca, ela avança ousadamente em direção ao futuro, na busca de se antecipar às decisões e visando a resguardar riscos eminentes.

A respeito da necessidade da informação contábil, Furlani (2006, p.36) traz que:

Ela deve ser desejada para ser necessária. Para ser necessária deve ser útil. Cabe aos contadores constituírem essa *mercadoria* “grifo nosso” com qualidade e custos competitivos.

A necessidade da informação é determinada pelos usuários finais dessa informação, por seus consumidores, então cabe aos contadores satisfazerem as necessidades desses consumidores com informações.

2.1.3 Escrituração contábil simplificada

O art. 27 da Lei 123/06 oferece a possibilidade às empresas optantes pelo Simples Nacional de adotarem a “contabilidade simplificada” para os registros e controles das operações realizadas. “Todavia, considerando que, por essência da ciência, inexistia aquela

figura. O CFC – Conselho Federal de Contabilidade – [...] acabou ancorando o permissivo de uma ‘escrituração contábil simplificada’” (Schnorr 2008, p.28).

Esta opção facultada pelo art. 27 da Lei 123/06 guarda integral conformidade com a ordem jurídica, tanto no que se refere à obrigatoriedade de ser feita quanto na adoção de processo mais simples, visto que, a Constituição Federal em seu art. 146, inciso III, alínea “d”, traz que cabe à lei complementar: estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados.

Em dezembro de 2007, foi editada a resolução CFC n. 1.115-07, ficando assim aprovada a NBC T 19.13, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Simplificada para microempresa e empresa de pequeno porte, resolução essa devidamente publicada no DOU em 19 de dezembro de 07.

Nesta resolução consta que, mesmo as microempresas e empresas de pequeno porte não optantes pelo simples nacional, mas que se caracterizem nestas categorias nos termos da Lei 123-2006, poderão também adotar a escrituração contábil simplificada. A seguir são destacadas algumas disposições da referida resolução:

8. É facultada a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Notas Explicativas.

[...]

11. O Plano de Contas Simplificado deve conter, no mínimo, 04 (quatro) níveis, conforme segue:

(a) Nível 1: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas, Custos e Despesas.

(b) Nível 2: Ativo: Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente. Passivo e Patrimônio Líquido: Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido. Receitas: Receita Bruta, Deduções da Receita Bruta, Outras Receitas Operacionais e Receitas Não Operacionais. Custos e Despesas Operacionais e Não Operacionais.

(c) Nível 3: Contas que evidenciem os grupos a que se referem, como por exemplo:

Nível 1 – Ativo

Nível 2 – Ativo Circulante

Nível 3 – Bancos Conta Movimento

(d) Nível 4: Sub-contas que evidenciem o tipo de registro contabilizado, como por exemplo:

Nível 1 – Ativo

Nível 2 – Ativo Circulante

Nível 3 – Bancos Conta Movimento

Nível 4 – Banco A

12. O Plano de Contas Simplificado deve contemplar, pelo menos, a segregação dos seguintes valores:

(a) Receita de Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços;

(b) Devoluções de Produtos, Mercadorias e Serviços Cancelados;

(c) Custo dos Produtos Vendidos;

(d) Custo das Mercadorias Vendidas;

(e) Custo dos Serviços Prestados;

(f) Despesas Operacionais, relativas aos demais gastos necessários à manutenção das

atividades econômicas, não incluídas nos custos;

(g) Outras Receitas Operacionais;

(h) Receitas Não Operacionais; e

(i) Despesas Não Operacionais.

13. O Plano de Contas Simplificado deve conter, no mínimo, o elenco de contas descrito no Anexo I, além de sua função e funcionamento.

Há de se destacar que a permissão legal de adotar uma escrituração contábil simplificada não desobriga a MPE a manter escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocaram ou possam vir a provocar alteração do seu patrimônio. As receitas, despesas e custos devem ser escriturados contabilmente com base na sua competência.

Nos casos em que houver opção pelo pagamento de tributos e contribuições com base na receita recebida, a microempresa e empresa de pequeno porte devem efetuar ajustes a partir dos valores contabilizados como receitas auferidas, com vistas ao cálculo dos valores a serem recolhidos.

Fica claro que as MPEs devem elaborar, ao final de cada exercício social, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado, porém é facultada a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e das Notas Explicativas. O BP e a DRE devem ser transcritos no Livro Diário, assinados por profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo empresário.

2.1.4 Demonstrações contábeis

Os demonstrativos contábeis, também chamados demonstrativos financeiros, são de vital importância no que tange à sobrevivência das empresas, visto que possibilitam uma visão global da situação da empresa para que pontos específicos que necessitem de maior atenção sejam descobertos e trabalhados. Eles também possibilitam que uma seqüência histórica seja elaborada e fique evidenciado a evolução da empresa, bem como seja possível realizar projeções.

No mesmo sentido, Resink (1990) destaca que a falta de manter os registros e controles contábeis apropriados, precisos e atualizados, bem como sua não utilização na administração da empresa são as principais causas dos insucessos das pequenas empresas.

Portanto, é correto afirmar que, quanto mais completo e transparente forem os registros da contabilidade, mais eficientes serão as conclusões a respeito das causas. Também,

se os relatórios forem analisados corretamente, muito mais fácil será avaliar as medidas a serem tomadas (SCHNORR 2008).

“A contabilidade publica a situação econômica e financeira da entidade por meio das demonstrações contábeis. Essas demonstrações são para alguns usuários informações e para outros dados que serão tratados para tomada de decisões.” (MARIAN, 2008 p. 23)

As principais demonstrações geradas pelos escritórios de contabilidade para as MPEs são o Balanço Patrimonial – BP, o Balancete de Verificação e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

O primeiro tem sua obrigatoriedade fundamentada na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, em seu Art. 1.179: “O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico”.

“O balanço patrimonial é um instantâneo feito pelo contador do valor contábil da empresa numa data específica, como se a empresa permanecesse estática por um momento. [...] O balanço diz o que a empresa possui e como é financiada.” (ROSS, WESTERFIELD, JAFFE, 2008, p.39). É a demonstração gráfica do patrimônio da empresa.

Para Iudícibus, Marion e Faria (2009, p.161), o balanço patrimonial “é a mais importante demonstração contábil de ‘posição’ das contas num determinado momento”, eles ainda trazem que esta peça retrata a posição (saldo) das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um determinado período.

Telles (2001) caracteriza o BP como sendo a demonstração que reflete as posições financeira e patrimonial de uma entidade em determinado momento. Em seu lado esquerdo, temos os bens e direitos da empresa, denominados Ativo e, em seu lado direito há as obrigações, que chamamos Passivo.

É a idéia do equilíbrio entre ativo e passivo que dá origem ao nome “Balanço” (PADOVEZE, 1989). O quadro 2 apresenta a estrutura básica de um Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo não circulante	Passivo Não Circulante
	Patrimônio Líquido

Quadro 2 – Modelo básico de Balanço Patrimonial
Fonte: Adaptado da Lei n.11.941/09

O balancete de verificação é considerado por muitos autores como um exame prévio de contas a fim de se estruturar o balanço patrimonial, outros como um meio de verificar possíveis diferenças oriundas de erros cometidos casualmente na escrituração. De acordo com Padoveze (1989) “é uma visão rápida dos saldos das contas durante os meses que antecedem ao levantamento do balanço patrimonial”.

É uma das demonstrações de estrutura mais flexível, o que pode ser entendido pela NBC T 2.7, aprovada na Resolução 685 de 1990 do CFC, que determina os elementos mínimos que compõem o balancete de verificação:

02. O grau de detalhamento do balancete deverá ser consentâneo com sua finalidade.
03. Os elementos mínimos que devem constar do balancete são:
 - a) identificação da Entidade;
 - b) data a que se refere;
 - c) abrangência;
 - d) identificação das contas e respectivos grupos;
 - e) saldos das contas, indicando se devedores ou credores;
 - f) soma dos saldos devedores e credores

Outra demonstração bastante utilizada é a DRE, que compara receitas com despesas do período apurando um resultado que pode ser positivo, negativo ou nulo, sendo esta última configuração muito rara, mas admissível teoricamente (IUDÍCIBUS, MARION, FARIA, 2009). Vale destacar que podem ser geradas demonstrações do resultado em períodos inferiores um exercício social caso o empresário deseje um maior acompanhamento dos resultados obtidos.

Resink (1990) explica que estes demonstrativos são organizados sistematicamente começando de cima para baixo, com as vendas brutas, os custos dos produtos vendidos e o lucro bruto. Há então, uma lista por itens de todas as despesas operacionais da companhia, agrupadas em categorias úteis, seguida da “linha de fundo” ou lucro líquido.

Já para Reeve *et all* (2010, p.24) “a demonstração do resultado do exercício apresenta as receitas e despesas em dado período com base no conceito de confrontação da receita e despesa. [...] A demonstração do resultado do exercício também informa em quanto as receitas excederam as despesas incorridas”.

“É oportuno reavivar a necessidade de que as demonstrações contábeis precisam estar assinadas pelo contabilista e pelo administrador da empresa, não importando o enquadramento fiscal do contribuinte, ou seu porte ou se a empresa é, ou não, tributada por este ou aquele regime”. (SCHNORR 2008, p.30).

2.2 Microempresas e empresas de pequeno porte

Para a efetiva caracterização das MPEs no Brasil, algumas considerações em relação ao seu posicionamento diferenciado na economia são necessárias. Elas não são grandes organizações miniaturizadas, e não são organizadas e geridas de forma departamentalizada ou segmentada. Normalmente atuam em um mercado de bens, produtos e serviços com características de demanda elástica e com grandes flutuações no tempo; apresentam baixa dificuldade de barreiras para entrar no mercado e devido principalmente a concorrência, possuem grandes dificuldades de sobrevivência, sendo que a esmagadora maioria desaparece em menos de dois anos (ROCHA, 2008).

Sendo assim, nesta seção será realizada uma revisão dos principais marcos legais a respeito das MPEs, bem como será comentado a respeito de algumas classificações utilizadas para a diferenciação entre microempresa e empresa de pequeno porte.

2.2.1 Marco legal

Segundo Angelete (2006), a Lei 7.256 de 27 de novembro de 1984 aprovou o primeiro Estatuto da Micro e Pequena Empresa, que acolhia em seu conteúdo benefícios tributários, administrativos, previdenciários, trabalhistas, creditícios e de desenvolvimento empresarial, aplicáveis apenas as microempresas. Ele garantia a isenção dos seguintes tributos: Imposto de Renda, Imposto sobre Operações de Crédito, Imposto sobre Transportes e Comunicações, Imposto sobre a Extração e Circulação e Distribuição de Minerais, PIS, FINSOCIAL e taxas federais.

Em 28 de março de 1994 a Lei 8.864 um segundo estatuto foi aprovado prevendo tratamento favorecido nos campos trabalhista, previdenciário, fiscal, creditício e de desenvolvimento empresarial. Porém não abrangia o tratamento tributário. Tal como o estatuto anterior, a aprovação dessa lei não resultou em desdobramentos em termos de regulamentação de todos os benefícios definidos na lei (ROCHA, 2008)

O primeiro SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - foi instituído pela Lei 9.317, implantada em 05 de dezembro de 1996, que vigorou até junho de 2007, quando a Lei 123 de 2006 passou a ter efeitos. A Lei regulava o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e as empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições que menciona.

“Nesta esteira, a maioria dos Estados e de alguns municípios adotou regimes simplificados de tributação para as microempresas, com o objetivo principal de diminuir a carga tributária e incentivar a formalização das empresas.” (ROCHA, 2008 p.3)

Posteriormente, em 5 de outubro de 1999 foi aprovada a Lei 9.841 que revogou as Leis 7.256-84 e 8.864-94, e foi regulamentada pelo Decreto 3.474/00. Ela assegurou às MPes tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, instituindo um novo Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Nele foram garantidos muitos benefícios, como simplificação para constituição de empresas, tratamento diferenciado na importação e exportação, entre outros.

De acordo com o SEBRAE (2007) a chamada Lei Geral é o atual Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Ela foi instituída pela Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e estabelece normas relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às MPes no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Esta Lei sofreu algumas alterações e esclarecimentos trazidos pela Lei complementar nº 127 de 14 de agosto de 2007 como a inclusão do INSS patronal para determinadas atividades e a alteração dos débitos que poderiam ser parcelados.

Para Schnorr (2008 p.44):

O revigorado instituto do “Simples Nacional”, ancorado por disposições da LC nº 123/06, na verdade, é a mesma sistemática para pagamento de impostos por parte das micros e pequenas empresas, instituída por meio da Lei nº 9.317/96, com um agravante operacional: maior dificuldade para o cumprimento das exigências estabelecidas, o que pode resultar em autuações na exata medida em que os contabilistas deixem de observar particularidades pontuais.

Em 22 de dezembro de 2008 foi publicada no DOU – Diário Oficial da União, a Lei complementar nº 128 de 2008 que trouxe outras alterações na Lei 123 de 2006, entre elas a inclusão do ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural no documento único de arrecadação, a alteração da composição do CGSN - Comitê Gestor do Simples Nacional e ampliou para trinta meses o período para este Comitê expedir as instruções que forem necessárias aos contribuintes.

2.2.2 Conceitos de micro e pequena empresa

São diversos os critérios para conceituar e diferenciar as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte. A Lei 123/2006 traz em seu artigo 3º a seguinte caracterização:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

O BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – estabelece uma classificação, também por porte, para efeito de enquadramento nas condições de financiamento de todos os seus programas: Microempresas como aquelas que auferem receita operacional bruta anual ou anualizada inferior ou igual a R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil Reais); e Pequenas Empresas as que auferem receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil Reais) e inferior ou igual a R\$ 10.500 mil (dez milhões e quinhentos mil Reais) (BNDES Carta Circular nº 64/2002).

Cabe destacar que nestes dois casos, para a distinção entre as MPEs o conceito de receita bruta é o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

O SEBRAE utiliza, além do critério já determinado pela Lei 123/2006, outro se baseando no número de funcionários por empresa. Este conceito é bastante recorrente nos estudos e levantamentos sobre a presença das MPE's na economia brasileira:

- a) Microempresas na indústria e na construção são aquelas que possuem até 19 funcionários. No comércio e serviços até 9 funcionários.
- b) Pequenas empresas na indústria e na construção são aquelas que possuem de 20 a 99 funcionários. No comércio e serviços de 10 a 49 funcionários.

Resink (1990, p.171) defende que “a melhor definição prática seja um critério funcional: pequenas empresas são aquelas em que o proprietário-gerente controla

pessoalmente toda a empresa, pois o tamanho ainda não ditou uma estrutura administrativa substancialmente descentralizada”.

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (2006) considera como pequena empresa aquelas que ocupam de 5 a 99 pessoas.

Existe ainda um critério que não é usualmente utilizado, o do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul. Porém este faz distinção entre micro, pequena e média empresa e entre setores produtivos, já que há diferenças substanciais entre eles. Considera-se necessário utilizar critérios quantitativos e qualitativos.

O critério qualitativo é que as MPMES não deverão estar controladas por outra empresa ou pertencer a um grupo econômico que em seu conjunto supere os valores estabelecidos. Os qualitativos são elencados para as Indústrias no quadro 3 e para o comércio e serviços o quadro 4

TAMANHO	PESSOAL OCUPADO De - até	VENDAS ANUAIS US\$ De - até
MICRO	1-10	1-400.000
PEQUENA	11-40	400.001-3.500.000
MÉDIA	41-200	3.500.001-20.000.000

Quadro 3 – Parâmetros para definição MPMES – Micro, pequenas e médias empresas – quando indústrias
Fonte: Resolução MERCOSUL nº 59-98

TAMANHO	PESSOAL OCUPADO De - até	VENDAS ANUAIS US\$ De - até
MICRO	1-5	1-200.000
PEQUENA	6-30	200.001-1.500.000
MÉDIA	31-80	1.500.001-7.000.000

Quadro 4 – Parâmetros para definição MPMES quando comércio ou serviço
Fonte: Resolução MERCOSUL nº 59-98

Para fins do presente estudo considerar-se-á o critério da Lei 123/2006 citado acima.

2.3 Escritórios de contabilidade

Grande parte das microempresas e das empresas de pequeno porte terceirizam os serviços contábeis com o objetivo principal de reduzir custos, já que se torna muito oneroso contratar um contador exclusivamente para sua empresa, que não possui grande movimento

entre os setores contábil, fiscal e pessoal. Vale lembrar que ele ainda precisaria ter gastos com assessoria jurídica e um *software* contábil, ao menos.

Neste contexto os escritórios de contabilidade têm papel fundamental, pois são empresas especializadas na área contábil, cumprindo então as funções contábil, fiscal e pessoal, e normalmente oferecem assessoria jurídica, especialmente no que diz respeito a abertura das empresas, elaboração do contrato social e o encerramento de empresas.

Para Marian (2008, p.44)

Entende-se como empresa de serviços contábeis toda e qualquer organização contábil constituída por escritórios individuais (firmas ou profissionais autônomos) ou sociedades, seja de técnicos ou contadores, [...] sendo também permitida a associação com profissionais de outras profissões consideradas afins (ex. administração e economia).

Essas empresas, normalmente, são divididas em setores que buscam desta forma especializar-se em cada área para que se possa dar o suporte necessário aos mais diversos usuários da contabilidade. Estes setores são cada vez mais diversificados. Os mais tradicionais são: contábil, fiscal, pessoal e paralegal, sendo este último responsável por constituição de empresas, alterações contratuais, baixas e outras atividades afins.

O CRC-RS – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul identificou, no *Manual de Orientação e de procedimentos para organizações contábeis* (2009, p.7), os seguintes serviços executados em cada departamento:

Departamento de Pessoal: Admissões, rescisões, folhas de pagamento, cálculo e apuração de encargos trabalhistas, obrigações mensais e anuais como CAGED, GPS, GFIP, GRRF, DIRF, RAIS, GRCS, DARF do PIS/ Folha de Pagamento, solicitação de CND e CRF/FGTS, Controle do Quadro de Lotação, Informe de Rendimentos, Férias, Exames Periódicos, PCMSO, PPRA, PPP, LTCAT e outros assuntos previdenciários e trabalhistas.

Departamento Fiscal: notas fiscais (entrada/saída/serviços), apuração de impostos (federais, estaduais e municipais), registro e escrituração de livros e demais obrigações mensais e anuais do ICMS, IPI, ISSQN, GIA MENSAL do ICMS, GIA MODELO B-ANUAL, SINTEGRA, SPED FISCAL; baixas de inscrições perante as esferas Municipal, Estadual e Federal, solicitação de negativas e outros tributos e obrigações.

Departamento Contábil:

- escrituração dos livros Diário e Razão;
- elaboração do livro LALUR e Fcont;
- elaborações de Balancetes de Verificação;
- elaboração de todas Demonstrações Contábeis exigidas pelas legislações societária e fiscal;
- análise das Demonstrações Contábeis;
- controle dos bens do Ativo Permanente;
- elaboração e entrega da DIPJ, PJSI, DACON, DCTF, DIMOB e DIRF;
- SPED Contábil.

Societária e Paralegal: constituições, alterações contratuais, extinção de empresas, solicitação de certidões (positiva e negativa), cadastros e obtenção de AIDF. Elaboração do contrato de prestação de serviços entre organizações contábeis e seus clientes.

Expedição: controle de protocolos de entrada e saída de documentos.

Recepção: atendimento ao público – pessoalmente ou por telefone.

Assessoria: orientação tributária, contábil, fiscal, trabalhista e atendimento a clientes em geral.

Consultoria: dúvidas sobre preenchimento de notas, cálculo de guias em atraso, informação sobre vencimento de impostos e contribuições, dúvidas sobre folha de pagamento, legislação e informações sobre toda rotina operacional vinculada aos serviços contratados com a empresa.

O campo de atuação dos escritórios contábeis está se expandindo, envolvendo inclusive consultoria especializada em diversas áreas, como: comercial, financeira, civil, trabalhista, previdenciária e outras que atendam a demanda dos clientes (MARIAN, 2008).

Para Brundo (2004, apud MARIAN, 2008, p.49)

atualmente as empresas de Serviços Contábeis estão mudando a sua metodologia de trabalho passando de ‘fazedores’ para ‘agentes de mudança’, ou seja, antes um escritório de contabilidade era contratado apenas para fazer o trabalho operacional do contratante, hoje ele também é consultado para decisões importantes na empresa, mudando gradativamente, exigindo um novo perfil do profissional.

Neste sentido, destacando o fato de não mais caber aos contadores a tarefa exclusiva do registro contábil, Lambden e Targett (1993) destacam que a maioria dos bons contadores não se dedica aos livros de registro, considera que eles têm o bom senso de deixar tal tarefa aos seus funcionários e à tecnologia de seus computadores aliados aos bons sistemas. Enquanto isto, usam seu tempo para analisar as contas que resultas destes registros, ou seja, as demonstrações contábeis. E desta maneira, podem aconselhar melhor seus clientes sobre qual rumo devem seguir.

Adotando esse novo perfil, o profissional contábil tende a tornar-se um forte aliado para as MPE's, já que possui dados que podem gerar informações pertinentes e relevantes para dar suporte às decisões do dia a dia destas, além de controle e planejamento necessários para a sua sobrevivência (MORAES, 2006).

Sendo assim, as funções de um contador ou escritório de contabilidade não se limitam a apurar os impostos e manter a contabilidade em dia, o contador pode contribuir na gestão das empresas, com o objetivo de oferecer ao empresário as ferramentas necessárias para a preservação do seu patrimônio.(RAZA, 2006)

No mesmo sentido, o contabilista deve auxiliar seu cliente e na condição de preposto do contratante, contribuir para que seja atendido o princípio da legalidade, fixado no sentido de que ninguém será obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, não lhe sendo permitido alegar desconhecimento (SCHNORR, 2008).

Nesta conjuntura, o número de empresas de prestadoras de serviços contábeis cresce a cada ano. De acordo com dados do CFC, em 31 de dezembro de 2006 o número de

organizações de serviços contábeis ativas nos CRCs era de 65.615, este número passou para 73.553 em 31 de dezembro de 2009.

Conforme a tabela 2, Santa Catarina estava, em abril de 2010, entre os cinco estados a terem maior número de escritórios de contabilidade (somados escritórios individuais e sociedades) ativos nos Conselhos Regionais do Brasil:

Tabela 2: Escritórios individuais e sociedades ativos nos conselhos regionais de contabilidade – Abril 2010

Estado	Número de empresas	Percentual
AP	123	0,17%
AC	150	0,20%
RR	191	0,26%
SE	404	0,55%
TO	457	0,62%
RO	543	0,73%
AM	557	0,75%
PI	676	0,91%
AL	748	1,01%
MA	769	1,04%
PA	881	1,19%
RN	916	1,24%
PB	961	1,30%
MS	1.394	1,89%
MT	1.508	2,04%
CE	2.034	2,75%
PE	2.043	2,76%
ES	2.240	3,03%
DF	2.571	3,48%
GO	3.031	4,10%
BA	3.467	4,69%
MG	3.985	5,39%
SC	4.495	6,08%
RJ	5.423	7,33%
PR	6.753	9,13%
RS	9.356	12,65%
SP	18.277	24,71%
TOTAL	73.953	100,00%

Fonte: Adaptado de CFC 2010

Com base nos autores apresentados observa-se quão necessárias são as MPEs no cenário brasileiro. Neste mesmo sentido, pode ser percebida a relevância do conhecimento contábil e das informações geradas pela contabilidade para que se possa ter a continuidade da empresa de forma salutar, bem como o auxílio que o profissional da área pode oferecer a elas para que se possa ter razoável garantia de sucesso nos negócios.

3. APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS DADOS

A presente pesquisa foi realizada com a distribuição de questionários para 30 clientes de um escritório de contabilidade e foi solicitado para que o sócio ou proprietário da empresa o preencha. O questionário citado pode ser visualizado no “Apêndice A”, ele é composto por 24 questões objetivas e 1 questão aberta. Dos questionários distribuídos, 10 retornaram preenchidos e foram tabulados. Sendo assim, o índice de respostas foi de 33,33%.

Os dados foram analisados sobre seis aspectos conforme divisão do questionário entregue: (1) identificação do entrevistado, (2) caracterização da empresa, (3) etapas antes da abertura do negócio, (4) dificuldades encontradas na condução do negócio, (5) administração e controle financeiro da empresa e (6) relação com o escritório de contabilidade.

3.1 Identificação dos entrevistados

Do total de empreendedores entrevistados, a maioria era de mulheres, sendo este percentual de 60% conforme é possível observar no gráfico 1.

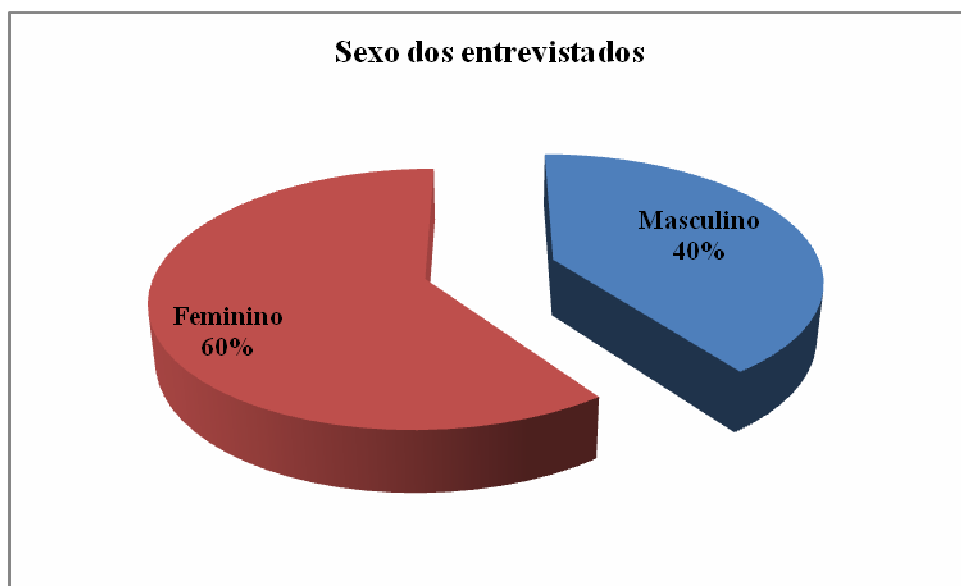


Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados
Fonte: Elaborado pela autora (2010)

A idade dos entrevistados variou de 21 anos até 62 anos. A amostra analisada pode ser considerada jovem, sendo que a maior parte dela (40%) faz parte da faixa etária de 20 a 29 anos e apenas 10% possui mais de 60 anos. De acordo com a tabulação, a idade média é de 43 anos.

Outro fator de destaque está no nível de escolaridade da amostra: 30% possui pós graduação e 30% possui ensino superior completo. O menor nível de instrução é o ensino médio completo: 20% da amostra está classificada nesta faixa. A área de graduação dos entrevistados, na maioria dos casos, é na área do negócio em que está trabalhando atualmente. Havendo apenas um caso de graduação na área de administração. Os resultados estão resumidos no gráfico 2.

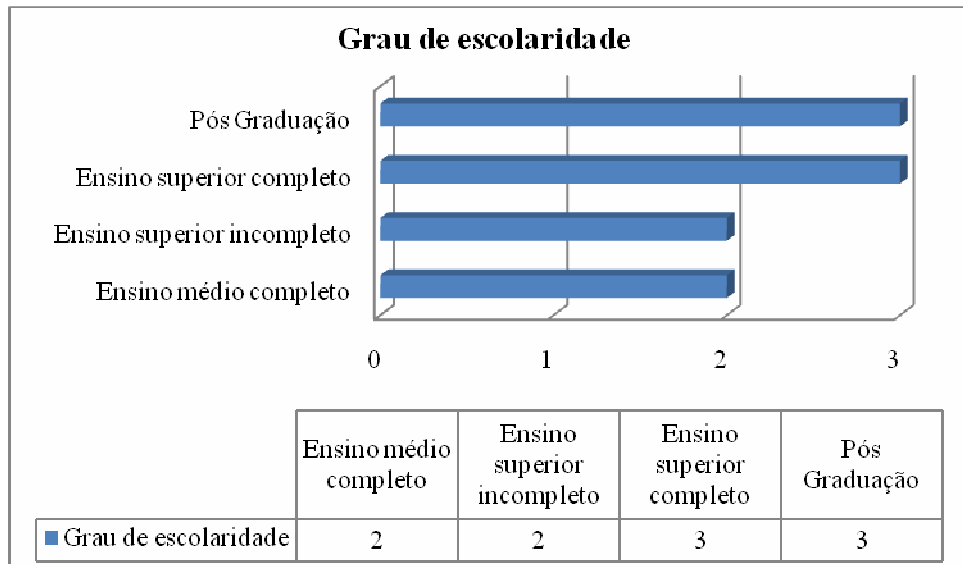


Gráfico 2 – Grau de escolaridade dos entrevistados
Fonte: Elaborado pela autora (2010)

No quesito ocupação anterior ao negócio concluiu-se que a maioria dos empreendedores é ex-funcionário de empresa privada (40%), seguido por 20% de empregadores em outra empresa e o mesmo percentual de autônomos. Apenas 10% não possuía experiência anterior e um caso específico o empreendedor era estagiário em empresa pública. Esses dados são apresentados resumidamente no gráfico 3.

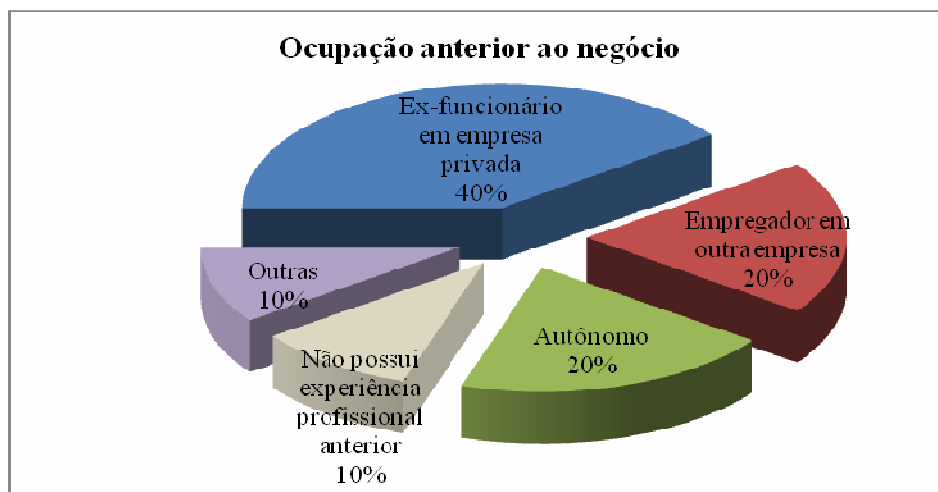


Gráfico 3 – Ocupação anterior ao negócio
Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Apesar de apenas 10% dos entrevistados não possuírem experiência anterior, quando foi questionado a respeito da experiência no ramo de negócio atual, este índice subiu para 50%. Os demais empreendedores participantes da pesquisa possuem experiência no ramo, sendo como empregado em outra empresa do ramo (66,67%) ou como autônomo no ramo (33,33%).

Foram questionados quais os principais motivos para abertura do negócio e a maioria dos entrevistados (70%) citou o desejo de possuir um negócio próprio, 60% identificou uma boa oportunidade de negócio e nenhum deles citou a insatisfação no emprego em que estava. 20% abriu o negócio por estar desempregado e o mesmo percentual tomou a decisão para ocupar o tempo disponível. 10% tinha capital disponível para investimento e 10% buscou auxiliar parentes ou amigos. Os dados estão expostos na tabela 3.

Tabela 3: Principais motivos para a abertura do negócio

Desejava ter negócio próprio	70%
Estava desempregado	20%
Identificou uma boa oportunidade de negócio	60%
Tinha capital disponível para investimento	10%
Ocupar o tempo disponível	20%
Buscou auxiliar parentes ou amigos	10%

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

3.2 Caracterização das empresas

Das 10 empresas analisadas, 2 são exclusivamente comerciais, 3 são exclusivamente prestadoras de serviços, 1 atua tanto no ramo do comércio quanto presta serviços, 3 são concomitantemente indústrias e comércio e 1 atua nos três ramos: indústria, comércio e serviço. Tal cenário é exposto no gráfico 4.

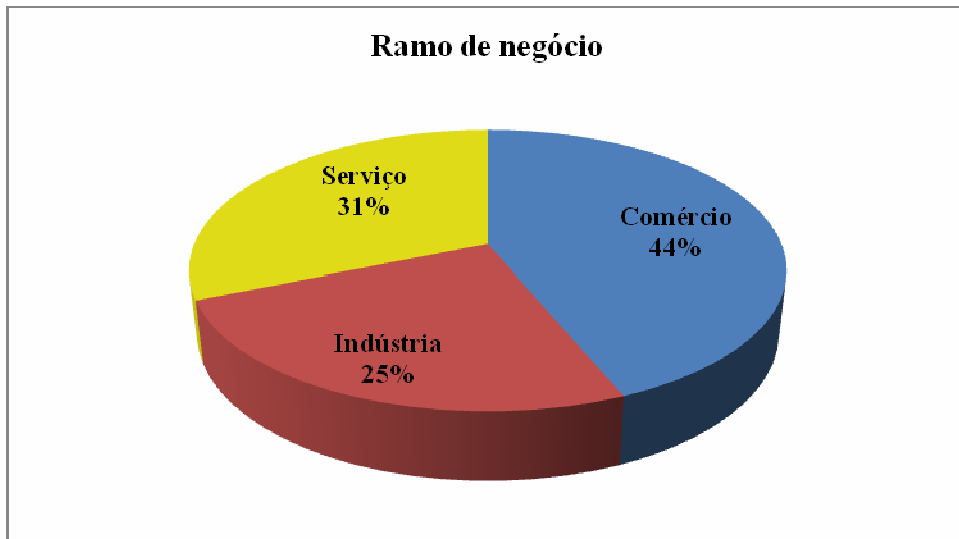


Gráfico 4 – Ramos de negócios que a empresa atua
 Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Conforme já apresentado, a amostra é composta em grande parte por pessoas jovens. Tal característica também pode ser dirigida às empresas o que é evidenciado no tempo em que as empresas estão atuando no mercado. A maioria delas (45%) é bastante recente, sendo instaladas no mercado a 5 anos ou menos. 33% das empresas tem entre 6 e 10 anos no mercado e 22% tem mais de 10 anos, conforme o gráfico 5.

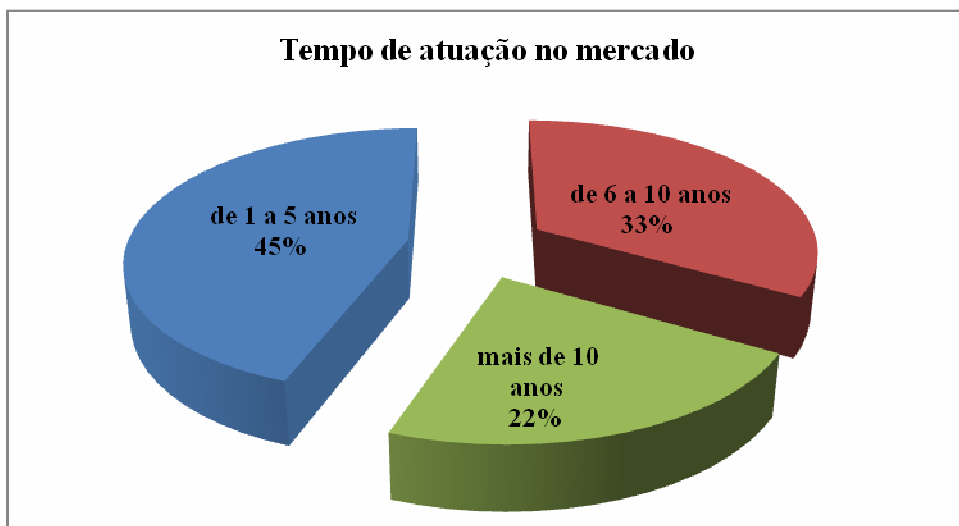


Gráfico 5 – Tempo de atuação no mercado
 Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Todas as empresas que compõem a amostra possuem funcionários. Sendo que 60% possuem de 1 a 5 funcionários, 20% possuem de 6 a 10 funcionários e o mesmo percentual empregam mais de 10 funcionários. Estes dados são evidenciados do gráfico 6.

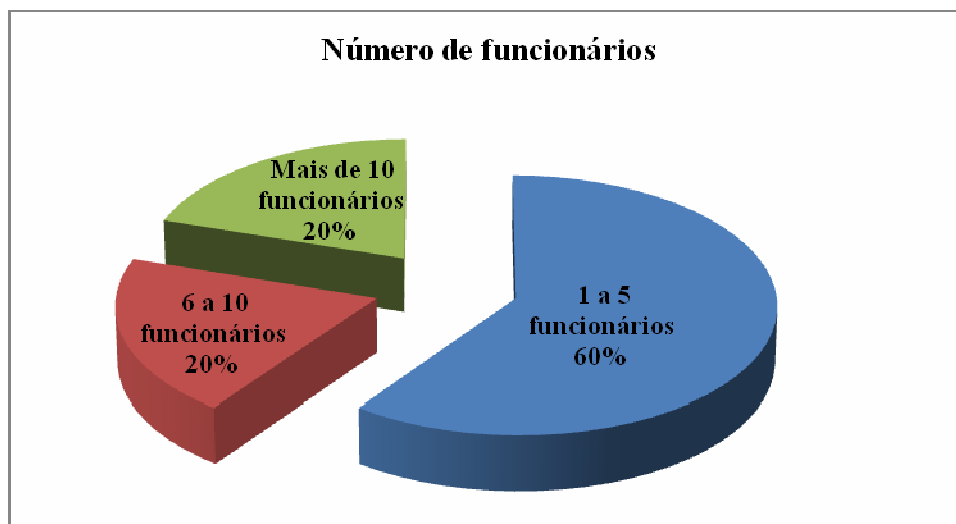


Gráfico 6 – Número de funcionários
Fonte: Elaborado pela autora (2010)

De todas as empresas entrevistadas, quase a totalidade tem como responsável pela tomada de decisões o proprietário. Em apenas uma delas não é ele o responsável, mas sim um membro da família.

3.3 Etapas anteriores a abertura do negócio

A respeito do planejamento anterior a abertura do negócio, 60% dos empreendedores entrevistados responderam não ter realizado nenhum tipo de planejamento. Enquanto 40% dos empresários responderam ter realizado algum planejamento.

Todos aqueles que realizaram planejamento prévio receberam algum tipo de ajuda. Assim, 50% deles a buscaram com franqueadores, 25% com membros da família com experiência no ramo e 25% com a ajuda do SEBRAE.

Questionou-se a respeito de quais informações foram levantadas ou já eram do conhecimento dos empreendedores antes da abertura do negócio, e neste caso foram aceitas respostas de múltipla escolha. Um dos entrevistados absteve-se de responder a questão.

Enquanto entre aqueles que responderam, 66,67% tinham conhecimento a respeito de qual o valor do investimento e os custos envolvidos nos negócios. Aproximadamente 55,56% consideraram quem seriam seus fornecedores e como eles trabalhavam em termos de preço e prazos de pagamento, o mesmo percentual de entrevistados já informou-se previamente a

respeito da qualificação da mão-de-obra que precisaria contratar e dos aspectos legais relativos ao seu negócio.

Cerca de 44,44% dos entrevistados analisaram previamente qual seria o perfil dos clientes da empresa e qual a melhor localização para instalar seu empreendimento. A tabela 4 apresenta esses dados de forma resumida.

Tabela 4: Informações levantadas ou de conhecimento prévio a abertura do negócio

Quem seriam seus fornecedores e como eles trabalhavam em termos de preço e prazos de pagamento	55,56%
Qual o perfil dos clientes da empresa	44,44%
Qual a qualificação da mão-de-obra que precisaria contratar	55,56%
Quais os aspectos legais relativos ao seu negócio	55,56%
Qual a melhor localização para sua empresa	44,44%
Qual o valor do investimento e os custos envolvidos nos negócios	66,67%

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Levantou-se ainda informações a cerca da forma utilizada para conseguir os recursos para montar a empresa, neste caso também foram aceitas respostas múltiplas. 80% dos entrevistados utilizaram recursos próprios, sendo que destes 25% buscaram concomitantemente empréstimo junto a bancos. O total de empresários que utilizaram-se deste meio para a abertura de seu negócio foi de 30%. Apenas 10% obteve dinheiro emprestado junto a amigos, e em nenhum dos casos foi citada a alternativa “aproveitou incentivos do governo ou indenizações recebidas”. A tabela 5 resume as respostas obtidas com os empreendedores.

Tabela 5: Informações levantadas ou de conhecimento prévio a abertura do negócio

Utilizou recursos próprios	80%
Obteve dinheiro emprestado junto aos bancos	30%
Obteve dinheiro emprestado junto aos amigos	10%

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

3.4 Dificuldades encontradas na condução do negocio

A pesquisa levantou a cerca das principais dificuldades encontradas na condução das atividades da empresa, aceitando neste caso, respostas múltiplas. Carga tributária elevada e custos elevados foram as questões mais citadas (70% dos entrevistados acusaram estas como as principais dificuldades). Em seguida, sendo citadas por 60% dos empreendedores, estão administração do caixa da empresa, concorrência fortemente acirrada e dificuldades de encontrar mão-de-obra qualificada adequadamente.

Inadimplência é um dos principais problemas para 30% dos empresários participantes da pesquisa. Desinteresse dos clientes pelos produtos e serviços, bem como problemas particulares foram citados por apenas 10%. Somente 1 empreendedor não teve dificuldades na condução do negocio até o presente momento, porém destacou (utilizando a alternativa “outras”) que com o atual crescimento da empresa está encontrando maiores dificuldades. A tabela 6 mostra os resultados obtidos.

Tabela 6: Informações levantadas ou de conhecimento prévio a abertura do negócio

Administração do caixa da empresa	60%
Inadimplência	30%
Desinteresse dos clientes pelos produtos e/ou serviços	10%
Concorrência fortemente acirrada	60%
Carga tributária elevada	70%
Custos elevados	70%
Problemas particulares	10%
Dificuldade de encontrar mão-de-obra qualificada	60%
Não teve dificuldades	10%
Outra	10%

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Foi questionado a cerca de quais tipos de assessoramento o empresário recorre para resolver problemas relevantes na empresa. É fato a ser destacado 100% das empresas terem citado o contador como uma de suas principais alternativas. Em segundo lugar na ordem das opções mais citadas está o SEBRAE (20%), seguido por empresas de consultoria e consultores e pessoas que conhecem o ramo (10% para cada uma das alternativas). Associações ou empresas do mesmo ramo, SENAI e SENAC não foram citadas. A tabela 7 elucidada tais dados.

Tabela 7: Profissionais ou entidades com quem buscam assessoria

Empresas de consultoria, consultores	10%
Contador	100%
Pessoas que conhecem o ramo de atividade	10%
SEBRAE	20%

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Na opinião dos entrevistados, o principal fator para o sucesso das micro e pequenas empresas é ter um bom administrador (90% deles consideraram esta alternativa). A segunda resposta mais citada foi conhecimento do mercado onde atua para aproveitar as oportunidades (80%). Seguida por estratégia de marketing da empresa e recursos para investimentos, sendo cada uma levantada por 60% dos empreendedores participantes. Ter uma boa assessoria e a capacidade de liderança do empresário obtiveram 50% cada. Como “outro” foi citado por um empresário “fazer sempre o melhor”. Os percentuais de cada alternativa podem ser visualizados na tabela 8.

Tabela 8: Principais fatores para o sucesso das MPes

Ter um bom administrador	90%
Estratégia de marketing da empresa	60%
Conhecimento do mercado onde atua e aproveitando oportunidades	80%
Ter uma boa assessoria	50%
Capacidade de liderança	50%
Recursos para investimentos	60%
Outro. Qual?	10%

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

3.5 Administração e controles financeiros das empresas

Ao responderem a cerca dos controles financeiros da empresa, nenhum dos entrevistados considerou seu sistema de gestão como ótimo. A maior parte deles (80%) possuem algum tipo de sistema de gestão, ou seja, apenas 20% deles não tem controle administrativo e financeiro. Como podemos observar no gráfico 7, entre os que o possuem, aproximadamente 13% classificam como fraco, cerca de 37% o julgam como regulares e 50% consideram bom.

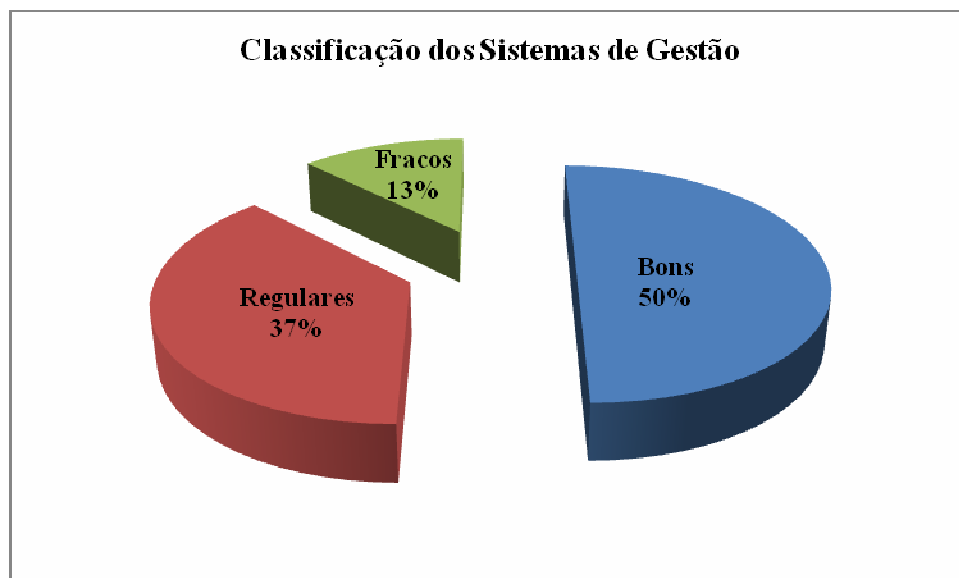


Gráfico 7 – Classificação dos sistemas de gestão
 Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Um dos entrevistados absteve-se de responder a questão a respeito da importância de manter os controles de gestão na empresa. Destaca-se neste caso o fato deste empreendedor não manter nenhum tipo de controle administrativo e financeiro. Entre aqueles que responderam a questão, todos consideram importante para a empresa manter controles de gestão.

Com relação as informações utilizadas para definir o preço de venda dos produtos aceitou-se respostas múltiplas. Conforme elencado na tabela 9, dos empreendedores participantes da pesquisa 60% utilizam a soma dos custos com a lucratividade pretendida. 50% deles levam em consideração os preços obtidos nas compras. Aqueles que utilizam o preço da concorrência somam 40%. E 20% tomam tal decisão de forma aleatória. Nenhum dos entrevistados elencou outra informação que seja utilizada para a formação do preço.

Tabela 9: Informações utilizadas para definir o preço de venda dos produtos

O preço de compra	50%
O preço da concorrência	40%
A soma dos custos com a lucratividade pretendida	60%
Aleatoriamente	20%

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

3.6 Relação com o escritório de contabilidade

A grande maioria das empresas analisadas (90%) sempre obtém resposta em tempo hábil quando solicita informações ao escritório de contabilidade. Apenas uma empresa respondeu que “às vezes” a resposta chega no tempo hábil. Nenhum dos empreendedores citou “nunca” conseguir a resposta em tempo suficiente para sanar seu problema. Para melhor visualização tem-se o gráfico 8.

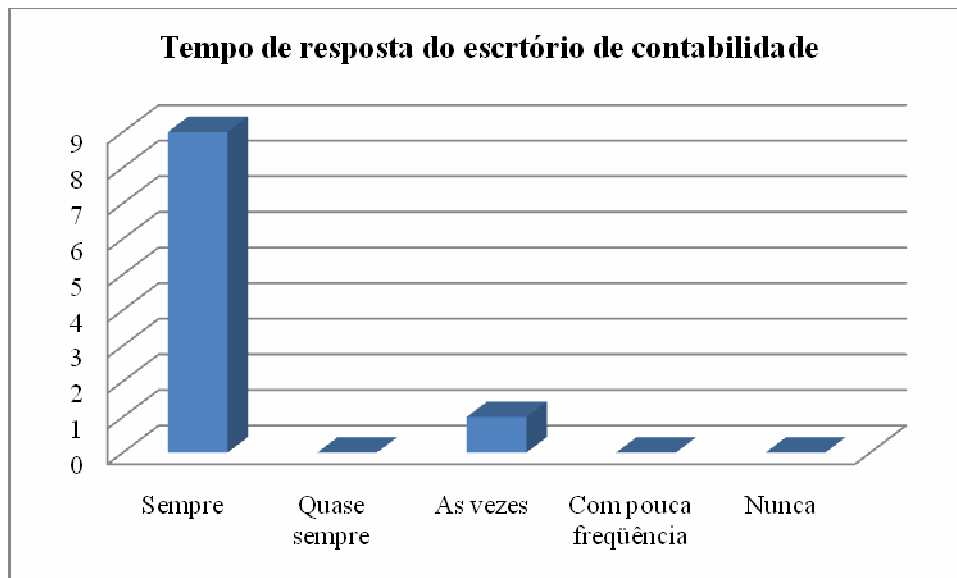


Gráfico 8 - Tempo de resposta do escritório de contabilidade
Fonte: Elaborado pela autora (2010)

A respeito das informações que são mais solicitadas pelos empreendedores para a contabilidade, um deles não respondeu, possivelmente por não fazer muitas requisições ao escritório de contabilidade.

Entre aquelas que responderam, quase a totalidade citou a consultoria direta com o contador ou responsável pelo setor desejado, o que demonstra a relevância do trabalho do contador e da equipe que o torna. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e relatório de faturamento foram citados por cerca 11% dos respondentes cada uma. Nenhum deles elencou o balancete de verificação nem tão pouco citaram outras informações. Os dados são demonstrados na tabela 10.

Tabela 10: Informações solicitadas ao escritório de contabilidade

Balanço Patrimonial	11%
Demonstração do Resultado do Exercício	11%
Relatório de Faturamento	11%
Consultoria direta com o contador ou responsável pelo setor desejado	88%

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Questionou-se com que frequência as informações geradas pela contabilidade são utilizadas para a tomada de decisões, e nesse caso, apenas cerca de 11% responderam que sempre as utilizam, 44,4% quase sempre. Aqueles que as vezes usam as informações somam 22,2% , enquanto pouco mais de 11% utilizam com pouca frequência e o mesmo índice nunca usam. Os dados são expostos no gráfico 9, que traz o número de empresas que optou pelas respectivas alternativas.

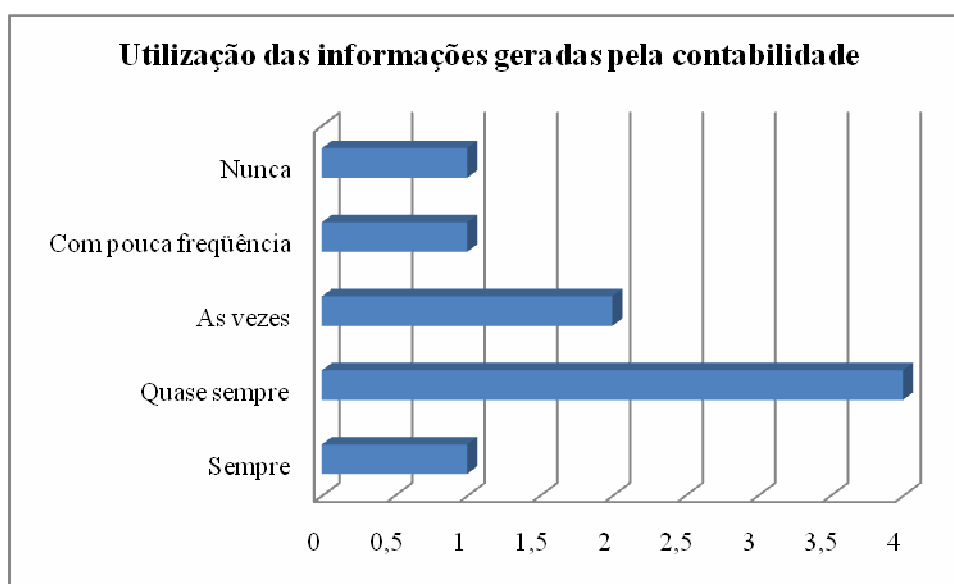


Gráfico 9 – Utilização das informações contábeis geradas pela contabilidade

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Grande parte dos empreendedores entrevistados (70%) consideram como a principal função da contabilidade o atendimento às exigências do FISCO, enquanto 60% optaram pela alternativa de enviar informações que auxiliem na tomada de decisão. Apenas 20% disseram que as informações auxiliam a empresa diretamente na tomada de decisão. Nenhuma outra função foi levantada pelos entrevistados. Os dados são expostos no gráfico 10 no formato numérico.

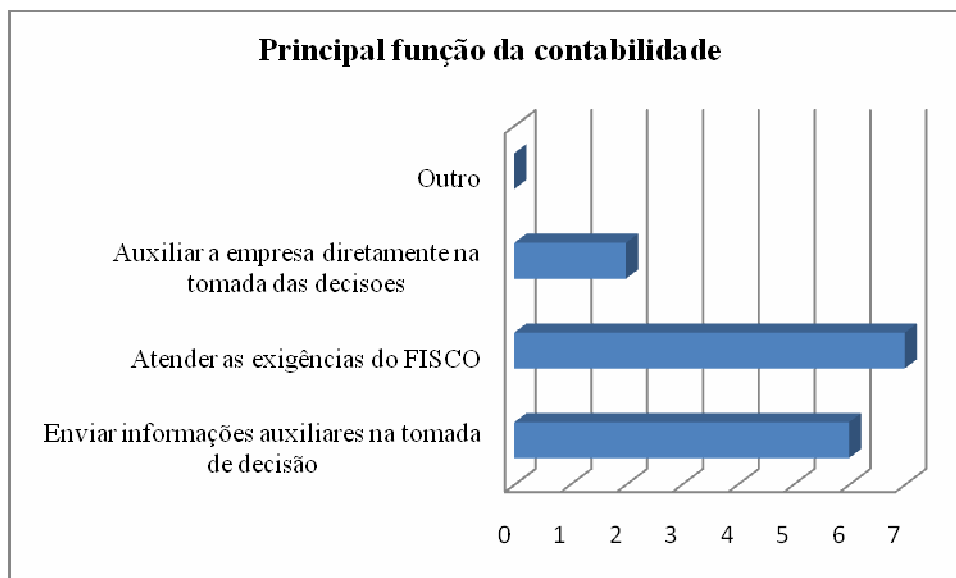


Gráfico 10 – Principal função da contabilidade
 Fonte: Elaborado pela autora (2010)

Por fim, fez-se uma questão aberta, abordando quais informações da contabilidade o empreendedor julga serem importantes na gestão da empresa. Dois dos respondentes optaram por não responder tal indagação.

Um dos pontos levantados foi “atualidade de informações”, no sentido de que o escritório de contabilidade possui assessoria e divulga para seus clientes as novidades e alterações de legislação e demais assuntos que julga relevantes. Ainda foi elencado com destaque o serviço que o escritório presta ao auxiliar as empresas como devem aplicar tais novidades para cada caso específico.

Também foi citado o relatório de faturamento e o balancete mensal, que são utilizados como base para o mês seguinte. Outro item levantado foi a respeito dos departamentos societário e paralegal, no sentido de auxiliar nos processos de alvarás. Neste caso, deu-se destaque ao departamento pessoal, citando como áreas “essenciais para o bom funcionamento e sincronia da empresa”.

Ainda no elenco das informações que o empreendedor julga serem relevantes está o auxílio na emissão das notas fiscais e na contratação e rescisão de funcionários, bem como, “o controle financeiro de acordo com as exigências fiscais” e “assessoria contábil e financeira, objetivando a melhor adequação possível do negócio às exigências legais”.

Como não poderiam deixar de ser descritos, o cálculo e envio dos tributos também foram levantados como informações importantes que a contabilidade gera. Ainda foram citados os encargos que incidem sobre a folha de salários dos funcionários contratados pelas empresas.

Após tabuladas e analisadas as questões que compuseram a pesquisa, dar-se-á início ao quarto e último capítulo, no qual são elencadas as conclusões da presente pesquisa, bem como as sugestões para futuros trabalhos.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

É vasta a relevância que a contabilidade pode ter dentro das MPES, visto que tem a capacidade de oferecer aos gestores informações confiáveis para tomadas de decisões. Sendo assim, é possível realizar ações corretivas, projeções, simulações e ainda análises e conclusões para a correta consecução dos planos de evolução.

As MPES são adotadas cada vez mais como uma alternativa na geração de empregos, pois boa parte das grandes empresas têm seu processo produtivo bastante automatizado. Elas ainda impulsionam a cadeia produtiva, visto que ampliam as ramificações desta, como forma de fornecedores terceirizados de grandes empreendimentos.

Este estudo se destinou a responder a seguinte questão de pesquisa: *Como se dá o relacionamento entre o escritório de contabilidade e os empresários de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional?*

A resolução da problemática foi alcançada, bem como o objetivo geral atingido, por meio da aplicação de questionário com as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional. Sendo assim, conclui-se que cerca de 11% das empresas sempre utilizam para a tomada de decisões as demonstrações geradas pela contabilidade; 44,4% quase sempre as utilizam; enquanto pouco mais de 11% nunca realizam tal prática.

A forma de informação mais utilizada pelos empresários entrevistados é a consultoria direta com o contador ou com o responsável do setor desejado. Desta forma, fica enfatizado a figura do contador como grande parceiro dos empreendedores, levando em conta ainda que em todas as empresas pesquisadas é ele a assessoria recorrida quando surgem problemas de ordem fiscal, administrativa ou financeira.

Na fundamentação teórica foram apontados os principais conceitos de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como abordado o papel dos escritórios de contabilidade. Este capítulo ainda relatou quais são as principais demonstrações geradas pelos escritórios de contabilidade e enviadas aos seus clientes, buscando conceituar cada uma delas. Informação contábil na gestão das MPE's também foi um tópico estudado.

Para alcançar os objetivos específicos, a pesquisa realizada nos traz que grande parte das empresas quase sempre utilizam as demonstrações na tomada de decisão e que 90% delas sempre obtém resposta em tempo hábil quando solicitam alguma informação ao escritório de contabilidade.

Por meio da pesquisa constatou-se que a maioria dos empresários tomou a decisão de empreender por desejar ter o negócio próprio e é normalmente o proprietário da empresa o

principal responsável pela área financeira e conseqüentemente pela tomada de decisão, visto que em geral a estrutura destas organizações é bastante reduzida.

Cerca de 60% dos respondentes afirmaram que fizeram algum tipo de planejamento anterior a abertura do empreendimento, recebendo auxílio de franqueadores, membros da família com experiência no ramo e cursos oferecidos por entidades. A informação que foi mais considerada antes de iniciar as atividades foi o valor dos investimentos e os custos que envolveriam o futuro negócio.

As empresas foram abertas principalmente com recursos dos próprios empreendedores, sendo que em alguns casos eles utilizaram concomitantemente empréstimos junto aos bancos e aos amigos.

Apesar de, conforme já comentado, os custos que seriam exigidos no negócio terem sido uma das informações mais observadas antes da abertura da empresa, eles foram citados também como uma das principais dificuldades do negócio, juntamente com a carga tributária elevada.

Dentre os empresários participantes da pesquisa, todos respeitam muito a opinião do contador, 100% das empresas o procuram quando surgem problemas de ordem fiscal, administrativa ou financeira. Sendo assim, percebe-se que eles acreditam no trabalho deste profissional e confiam que o conhecimento e a experiência do contador com a área financeira pode agregar valor ao seu empreendimento.

O fato de 90% dos empresários terem citado que um dos principais fatores para o sucesso das micro e pequenas empresas é possuir um bom administrador demonstra que, apesar de alguns deles não manterem sistemas de gestão ou não os considerarem eficientes, a maioria tem a consciência da relevância destes.

A eficiência do escritório de contabilidade pode ser observada pelo fato de 90% dos respondentes terem afirmado que todas as vezes que alguma informação é solicitada ao escritório de contabilidade, a resposta é obtida em tempo hábil para atender suas necessidades.

Em relação aos trabalhos futuros, sugere-se que esta pesquisa seja realizada com clientes de outros escritórios de contabilidade, para que seja possível realizar comparações entre os resultados obtidos.

Também é válida a sugestão da aplicação de questionário com os escritórios de contabilidade, para que se possa ter conhecimento da opinião desses em relação aos empresários e sua gestão, bem como a pesquisa a respeito de que forma os escritórios repassam as informações contábeis aos empresários, se de maneira formal ou simplificada, sendo possível o entendimento de um leigo na área contábil.

REFERÊNCIAS

ANGELETE, Lusia. **O Simples e outros benefícios legais para a pequena empresa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos Editora S.A, 2006.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL Carta Circular nº 64/2002. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2002. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/produtos/download/02cc64.pdf>> Acesso em 20 de dezembro de 2009.

BEUREN, Ilse Maria ET al. **Como elaborar trabalhos monográficos em ciências contábeis: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 06 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9317.htm>.

_____. Lei nº 9.841, de 05 de outubro de 1999. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 06 de outubro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9841.htm>

_____. Decreto nº 3.474 de 19 de maio de 2000. Regulamenta a Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências. Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 22 de maio de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3474.htm>

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2002. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>.

_____. Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 15 de agosto de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp127.htm>

_____. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm>

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Resolução nº 685 de 14 de dezembro de 1990.** Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 27 de agosto de 1991.

_____. **Resolução nº 1.115 de 14 de dezembro de 2007.** Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 2007.

_____. **Resolução nº 774, de 16 de dezembro de 1994.** Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 1995.

Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRC/RS. **Manual de Orientação e de Procedimentos para as Organizações Contábeis.** CRC/RS, 2009. Disponível em <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_manual_orientacao.PDF> acesso em 20 de março de 2010.

FERRARI, Ed Luiz. **Contabilidade geral.** 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FURLANI, Gustavo Dantas Simões. **A utilização das informações contábeis na gestão de uma microempresa comercial:** um estudo em uma empresa de revenda de produtos para materiais de construção. 2006. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IBGE. **IBGE mostra que exportação ganha importância no faturamento da indústria.** 26 de junho de 2006. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em 20 de dezembro de 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade:** para o nível de graduação. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAMBDEN, John; TARGETT, David. **Finanças para o pequeno empresário: os fundamentos do lucro e eficácia na micro e pequena empresa.** 2. ed. Editora Best Seller: 1993.

LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. **As especificidades das pequenas e médias empresas.** Revista da Administração, São Paulo v.34,n.2, p.91-94, abril;junho 1999. Disponível em < www.rausp.usp.br > Acesso em 18 de dezembro de 2009.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul – **Resolução nº 59-98.** Políticas de apoio às micro, pequenas e médias empresas do MERCOSUL - etapa II. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/res5998p.asp>.

MORAES, Diego Antonio Augusto Ribeiro de. **A Importância da Contabilidade Gerencial para as Micros e Pequenas Empresas**. 2006; 48p. Trabalho de conclusão de curso - Administração – ASMEC, Ouro Fino, 2002. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/a-importancia-da-contabilidade-gerencial-para-micro-e-pequena-empresa/179/>>

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

QUEIROZ, Luziana Maria Nunes de. **Investigação do uso da informação contábil na gestão das micros e pequenas empresas da região do Seridó Potiguar**. 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Convenio UnB, UFPB, UFPE, UFRN, Natal, 2005.

RAZA, Claudio. **O papel dos escritórios de contabilidade na sobrevivência das micro e pequenas empresas**, 09 de abril de 2006. Disponível em <www.administradores.com.br> Acesso em 03 de março de 2010.

RESINK. Paul. **A bíblia da pequena empresa**. São Paulo: McGraw-Hill, Makron Books, 1990.

REEVE. James M. *et all*. **Fundamentos da contabilidade – Princípios**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Marcelo. **Microempresas no Brasil: análise do período de 1984 a 2005** Vol. 14 No. 2, Mai - Jun de 2008. Disponível em: <<http://www.read.ea.ufrgs.br>> Acesso em: 19 de maio de 2010.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F.. **Administração financeira**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHNORR, Walter Et al. **Escrituração contábil para micro e pequena empresa**. Florianópolis: CRCSC, 2008.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Crítérios e conceitos para classificação de empresas**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial/integra_bia?ident_unico=97>. Acesso em 20 de dezembro de 2009.

_____. **Boletim estatístico de micro e pequenas empresas**, observatório Sebrae 1º semestre, 2005.

TELLES. Egberto Lucena. **Manual de contabilidade introdutória**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário a ser respondido por sócio, proprietário ou administrador da empresa

Nome da Empresa: (identificação é opcional): _____

1. Identificação do entrevistado

1.1 Sexo

- A. Masculino
- B. Feminino

1.2 Idade (em anos completos): _____

1.3 Grau de escolaridade:

- A. Ensino fundamental incompleto
- B. Ensino médio incompleto
- C. Ensino superior incompleto
- D. Ensino fundamental completo
- E. Ensino médio completo
- F. Ensino superior completo
- G. Pós Graduação

Área de graduação _____

1.4 Ocupação anterior ao negócio

- A. Ex-funcionário em empresa privada
- B. Funcionário público
- C. Empregador em outra empresa
- D. Autônomo (sem empresa constituída)
- E. Não possui experiência profissional anterior
- F. Outra. Qual? _____

1.5 Possuía alguma experiência anterior no ramo que atua atualmente? (respostas múltiplas são admitidas)

- A. Não, nenhuma experiência no ramo
- B. Sim, como empregado em empresa no ramo
- C. Sim, como diretor em empresa do ramo
- D. Sim, como sócio em empresa do ramo
- E. Sim, como autônomo no ramo
- F. Sim, outra. Qual? _____

1.6 Qual o principal motivo para abertura do negócio? (respostas múltiplas são admitidas)

- A. Desejava ter negócio próprio
- B. Estava desempregado
- C. Identificou uma boa oportunidade de negócio
- D. Tinha capital disponível para investimento

- E. () Estava insatisfeito no emprego
- F. () Ocupar o tempo disponível
- G. () Buscou auxiliar parentes ou amigos

2. Caracterização da empresa.

2.1 Em que ramo de negócios a empresa atua? (respostas múltiplas são admitidas)

- A. () Comércio
- B. () Indústria
- C. () Serviço

2.2 Há quanto tempo a empresa vem atuando no negócio?

- A. () de 1 a 5 anos
- B. () de 6 a 10 anos
- C. () mais de 10 anos

2.3 Quantos funcionários a empresa possui?

- A. () 1 a 5 funcionários
- B. () 6 a 10 funcionários
- C. () Mais de 10 funcionários
- D. () Não possui funcionários

2.4 Quem é o principal responsável pela área financeira da empresa?

- A. () Proprietário da empresa
- B. () Membro da família
- C. () Funcionário contratado
- D. () Outro. Quem? _____

3. Etapas antes da abertura do negócio

3.1 Houve algum tipo de planejamento anterior à abertura do empreendimento.

- A. () Não
- B. () Sim

3.2 Se respondeu “Sim” na questão anterior, recebeu algum auxílio para a elaboração de tal planejamento?

- A. () Não
- B. () Sim. De quem? _____

3.3 Antes de abrir a empresa, quais das informações a seguir foram levantadas ou já eram de seu conhecimento? (respostas múltiplas são admitidas)

- A. () Quem seriam seus fornecedores e como eles trabalhavam em termos de preço e prazos de pagamento.
- B. () Qual o perfil dos clientes da empresa
- C. () Qual a qualificação da mão-de-obra que precisaria contratar

- D. () Quais os aspectos legais relativos ao seu negócio (p.ex.: impostos, taxas, legislação trabalhista, etc.)
- E. () Qual a melhor localização para sua empresa (ponto)
- F. () Qual o valor do investimento e os custos envolvidos nos negócios

3.4 Como conseguiu os recursos que utilizou para montar sua empresa? (respostas múltiplas são admitidas)

- A. () Utilizou recursos próprios
- B. () Obteve dinheiro emprestado junto aos bancos
- C. () Obteve dinheiro emprestado junto aos amigos
- D. () Aproveitou incentivos do governo ou indenizações recebidas
- E. () Outros. Qual? _____

4. Dificuldades encontradas na condução do negócio

4.1 Quais as principais dificuldades encontradas na condução das atividades da sua empresa? (respostas múltiplas são admitidas)

- A. () Administração do caixa da empresa (regular as receitas e as despesas)
- B. () Inadimplência
- C. () Desinteresse dos clientes pelos produtos e/ou serviços
- D. () Concorrência fortemente acirrada
- E. () Carga tributária elevada
- F. () Custos elevados
- G. () Problemas particulares
- H. () Dificuldade de encontrar mão-de-obra qualificada
- I. () Não teve dificuldades
- J. () Outra. Qual? _____

4.2 Quando surgem problemas de ordem fiscal, administrativa ou financeira na sua empresa qual o tipo de assessoramento você recorre?

- A. () Empresas de consultoria, consultores
- B. () Associações ou empresas do mesmo ramo
- C. () Contador
- D. () Pessoas que conhecem o ramo de atividade
- E. () SEBRAE
- F. () SENAI
- G. () SENAC
- H. () Outro. Quem? _____

4.3 Em sua opinião, quais os principais fatores para o sucesso das micro e pequenas empresas?

- A. () Ter um bom administrador
- B. () Estratégia de marketing da empresa
- C. () Conhecimento do mercado onde atua e aproveitando oportunidades
- D. () Ter uma boa assessoria
- E. () Capacidade de liderança

F. () Recursos para investimentos

G. () Outro. Qual? _____

5. Da administração e controle financeiro da empresa

5.1 Em uma auto-avaliação, como são classificados os sistemas de gestão (administrativos e financeiros) de sua empresa?

A. () Ótimos

B. () Bons

C. () Regulares

D. () Fracos

E. () Inexistentes

5.2 Considera importante manter controles de gestão na empresa?

A. () Não

B. () Sim

5.3 Quais informações são utilizadas para definir o preço de venda dos seus produtos?

(respostas múltiplas são admitidas)

A. () O preço de compra

B. () O preço da concorrência

C. () A soma dos custos com a lucratividade pretendida

D. () Aleatoriamente

F. () Outro. Qual? _____

6. Da relação com o escritório de contabilidade

6.1 Quando é solicitada alguma informação ao escritório, a resposta obtida chega em tempo hábil?

A. () Sempre

B. () Quase sempre

C. () As vezes

D. () Com pouca frequência

E. () Nunca

6.2 Quais informações são mais solicitadas para a contabilidade?

A. () Balanço Patrimonial

B. () Demonstração do Resultado do Exercício

C. () Balancete Mensal

D. () Relatório de Faturamento

E. () Consultoria direta com o contador ou responsável pelo setor desejado

F. () Outro. Qual? _____

6.3 As demonstrações geradas pela contabilidade são utilizadas para tomada de decisão?

- A. () Sempre
- B. () Quase sempre
- C. () As vezes
- D. () Com pouca frequência
- E. () Nunca

6.4 Em sua opinião, qual a principal função da contabilidade?

- A. () Enviar informações auxiliares na tomada de decisão
- B. () Atender as exigências do FISCO
- C. () Auxiliar a empresa diretamente na tomada das decisoes
- F. () Outro. Qual? _____

6.5 Quais as informações da contabilidade que julga serem importantes na gestão da empresa?
